

091

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA DE EGRESSOS DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MERCOSUL.** *Adriana Orlandi, Marília Costa Morosini* (Grupo de Estudos sobre Universidade, UFRGS).

Num mundo em pleno processo de globalização, o reconhecimento de diplomas torna-se indispensável para o desenvolvimento de redes acadêmicas. Através dele é possível consolidar o potencial científico e tecnológico das nações, principalmente, em se tratando de superar o desafio da competitividade dos recursos humanos no mercado mundial. Neste sentido, tem-se colocado em prática políticas públicas de mobilidade acadêmica, nas quais percebe-se que a preocupação central são os critérios avaliativos da formação de recursos humanos. O Mercado Comum do Sul (Mercosul), enquanto possibilidade de integração regional, confirma a importância da universidade em seu papel de formadora de recursos humanos. O objetivo deste estudo é analisar as políticas públicas postas em prática, no âmbito do Mercosul, para contribuir com a mobilidade acadêmica e o reconhecimento de diplomas universitários. A pesquisa teve como fonte de análise as legislações existentes nos estados membros do Mercosul e suas propostas oficiais, e também depoimentos de integrantes do processo. Desde 1991 os ministros de educação dos quatro países têm formulado políticas públicas comuns, tais como o "Protocolo de Intenções - 1991", O "Plano Trienal para o Setor Educação - 1992", este reafirmado em 1994. Com a análise verificou-se que eles não tiveram muito êxito e, na tentativa de suprir suas deficiências em 1996 assinam o documento "Mercosul 2000", o qual destaca áreas prioritárias para a concentração de esforços e recursos no período 1997-2000. A partir da pesquisa percebeu-se que o processo de reconhecimento de diplomas e títulos não deve ser somente uma forma de controle burocrático, mas um fator de incentivo na qualidade universitária, levando em conta as particularidades de cada sistema. Além disso, a necessidade de trabalhos conjuntos entre grupos responsáveis de cada país, não deve restringir-se apenas ao reconhecimento de diplomas, mas também a regulação do exercício profissional, que é o centro da mobilidade acadêmica. (CNPq)